



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIELA FEITOSA MENEZES DA COSTA

**AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NAS LITERATURAS  
DISTÓPICAS DE ORWELL, VONNEGUT E BRADBURY À LUZ DOS  
ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO GÊNERO DE JOAN SCOTT.**

São Cristóvão – SE

2024

GABRIELA FEITOSA MENEZES DA COSTA

AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NAS LITERATURAS DISTÓPICAS DE  
ORWELL, VONNEGUT E BRADBURY À LUZ DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS  
DO GÊNERO DE JOAN SCOTT.

Trabalho de Conclusão de Curso em História  
Licenciatura pela Universidade Federal de  
Sergipe, orientado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Natália  
Abreu Damasceno.

São Cristóvão – SE

2024

## RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar as representações de mulheres nas literaturas distópicas “1984” (1949), “Revolução no Futuro” (1952) e “Fahrenheit 451” (1953) dos autores George Orwell (1903-1950), Kurt Vonnegut (1922-2007) e Ray Bradbury (1920-2012), respectivamente, à luz dos elementos constitutivos de gênero de Joan Scott. Tendo em vista que a análise e discussão sobre esse tema pode colaborar com o processo de desmistificação das representações estereotipadas dessas fontes, o objetivo dessa pesquisa é investigar as representações das mulheres nesses textos, bem como o imaginário e o conceito de gênero para essas caracterizações. Para isso, esta pesquisa do tipo descritiva busca fazer levantamento sobre conceitos relacionados à História e Literatura, à História Cultural e, em particular, a noção de dominação masculina de Pierre Bourdieu (2002), e as elaborações de Joan Scott (1989; 1991) referentes aos elementos constitutivos de gênero. Assim, pode-se observar que as representações das mulheres nas obras discutidas apresentam-se como elementos da ordem simbólica que funciona como meio de manter a dominação masculina. Por fim, conclui-se que o controle da imagem e corpo das mulheres é uma tática eficaz do patriarcado para a manutenção do seu poder.

**Palavras-chave:** Representação; História das Mulheres; Literatura.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the representations of women in the dystopian literatures "1984" (1949), "Revolution in the Future" (1952), and "Fahrenheit 451" (1953) by authors George Orwell (1903-1950), Kurt Vonnegut (1922-2007), and Ray Bradbury (1920-2012), respectively, in light of Joan Scott's gender constitutive elements. Considering that the analysis and discussion of this theme can contribute to the process of demystifying the stereotyped representations of these sources, the aim of this research is to investigate the representations of women in these texts, as well as the imagery and concept of gender for these characterizations. To achieve this, this descriptive research seeks to survey concepts related to History and Literature, Cultural History, Male Domination, and Joan Scott's Women's History. Gender constitutive elements are extracted and analyzed from the latter through deductive methods. Thus, it can be observed that the representations of women in the discussed works appear as elements of the symbolic order that serve as a means to maintain male domination. Finally, it is concluded that the control of women's image and body is an effective tactic of patriarchy for the maintenance of its power.

**Keywords:** Representation; Women's History; Literature

## 1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em ficção científica (FC) lembramos dos filmes e séries das Sagas das estrelas [Star Wars (1977-) e Star Trek (1966-)], dos inspirados em HQ's<sup>1</sup> com cientistas que sofrem alterações de suas próprias criações e viram super heróis/vilões ou invasões alienígenas como no clássico “Alien: o oitavo passageiro” (1979). São várias as referências cinematográficas do gênero o que mostra que a FC se mantém na atualidade, principalmente por meio da cultura Geek<sup>2</sup>. Todavia, antes de a ficção científica estrear nas grandes telas, ela esteve na literatura a partir de narrativas de romances de ficção que combinavam atributos tecnológicos e universos dotados de regras e temporalidades paralelas à realidade.

Na maioria dos casos, as histórias de Ficção científica apresentam elementos comuns entre si. É nesse sentido que os textos de George Orwell (1903-1950), Ray Bradbury (1920-2012) e Kurt Vonnegut (1922-2007), são analisados nessa pesquisa. Pois, ao utilizarem a narrativa distópica (subgênero da FC) eles retratam uma realidade fictícia por um viés pessimista - nesse caso, os autores representam um futuro próximo ao contexto temporal deles - em que sociedades que passam ou passaram por uma guerra se organizaram em regimes totalitários. Nesse contexto pessimista, os protagonistas são: homens, brancos, funcionários do regime que não se identificam com as práticas e ideias do sistema. As semelhanças entre os enredos analisados não acabam aí, já que em contraposição aos heróis, as mulheres sempre são representadas como interesse romântico do personagem principal, a partir de concepções negativamente enviesadas. Em suma, as mulheres representadas nas obras são constantemente inferiorizadas e marcadas com adjetivos e construções que as remetem à ganância, ao consumismo, ao oportunismo, à futilidade, à tolice tolas, entre outros atributos de mesmo teor.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as representações das mulheres nas obras distópicas “1984” (1949), “Revolução no Futuro” (1952) e “Fahrenheit 451” (1953) a partir dos conceitos de gênero da historiadora Joan Scott (1989; 1991). Desse modo, é importante compreender o cenário dos autores na produção das obras, bem como analisar pontos chave das fontes que apresentam símbolos de considerável significância para discutir os papéis das mulheres pela representação delas nas obras, baseando-se nos elementos simbólicos,

---

<sup>1</sup> Histórias em quadrinhos

<sup>2</sup> Tendência seguida por pessoas interessadas na área do entretenimento relacionadas a fantasia e ficção (muitas vezes a ficção científica), como: filmes, jogos eletrônicos e online, HQs, mangás, animes, histórias de super-heróis, entre outros elementos artísticos e culturais nesse mesmo viés. Esse público ainda pode se subdividir por nichos, como os “otakus” que são os com mais interesse nas obras de origem japonesa, além dos “gamers” que o foco está nos jogos, entre vários outros nichos da tribo.

normativos, políticos e subjetivos abordados por Scott (1989; 1991). Por meio desses objetivos, visa-se responder aos questionamentos: como as representações das personagens femininas dessas três obras se relacionam entre si? E como elas se relacionam com o imaginário do período e com os elementos constitutivos de gênero de Scott (1989; 1991)?

A partir desses questionamentos acredita-se na hipótese de que o cenário global da Guerra Fria causou no ocidente capitalista a necessidade de consolidar as estruturas do sistema por meio do reforço simbólico. Nesse sentido, pautado na base patriarcal, o condicionamento imposto socialmente às mulheres foram essenciais para essa manutenção. Seria por meio dele que a sociedade capitalista se manteria firme em relação às ordens econômicas e sociais. Dessa forma, as representações dessas mulheres estariam baseadas nas noções imaginativas, e perpetuadas por vieses pejorativos baseados nos preconceitos dos homens em relação às mulheres.

Assim, esse trabalho pode se justificar pela importância de rever os clássicos da literatura de ficção científica por um olhar crítico, afim de desmistificar representações muitas vezes naturalizadas pelo leitor. Ainda, ao observar tais detalhes por muito ignorados contribuem para novas investigações dessas obras e de outras similares, além de instigar novas pesquisas e releituras que auxiliarão em aspectos da História das Mulheres.

## **2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Este trabalho visa analisar as representações das mulheres como personagens das obras “1984” (1949), “Revolução no Futuro” (1952) e “Fahrenheit 451”(1943) à luz dos elementos constitutivos de gênero de Joan Scott (1989). Como método, baseia-se em conceitos da História e Literatura, História Cultural, da Dominação Masculina (2002) de Pierre Bourdieu(1930-2002) e da História das Mulheres. Em seguida entende-se o contexto narrativo e histórico das obras supracitadas, a partir da apresentação e contextualização das fontes basilares. Após esta etapa, é possível partir para análise dos trechos inferidos das obras discutindo-os pela teoria de Joan Scott (1989).

### **2.1. História e Literatura**

A partir da relação entre a História e a Literatura, compreende-se a literatura como um possível objeto de análise histórica, já que ela “é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste” (Borges, 2010, p. 98). Assim, “Qualquer obra literária é

evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico –, logo apresenta propriedades específicas e precisa ser adequadamente interrogada” (Chalhoub; Pereira, 1998, p. 8). Nesse sentido, cabe ao historiador, em seu objeto de pesquisa, analisar ângulos geralmente menosprezados nas obras, reconhecê-los por entrelinhas os significados das representações, e fazê-lo pelo que Walter Benjamin (1942-1940) denomina de o ato de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin apud Lowy, 2011, p. 21).

## **2.2.História Cultural**

Já no âmbito cultural, utiliza-se dos textos de Roger Chartier (1945) “O Mundo Como Representação” (1991) e “A história Cultural: Entre práticas e representações” (1988), mais especificamente, a noção de representação trabalhada nesses textos, como suporte teórico para a presente investigação. Segundo Chartier, a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 17). Por esse viés, a representação é uma das noções operacionalizáveis da Nova História Cultural, e “como fruto cultural, sofre influência e também influencia” (Farias et al.,2021, p. 2). Pode-se conceituar a representação como “construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos projetam suas visões de mundo” (Coelho, 2014, p. 87). Consoante a teoria de Chartier, “as representações do mundo social assim construída, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” (Chartier, 1990, p, 17). Logo, a construção da representação está impregnada de símbolos que caracterizam os seres representados a partir de elementos que já faziam parte do imaginário social de determinada época. Não somente a representação se assemelha às noções imaginativas como também possui direcionamentos com o objetivo de influenciar a sociedade. Esse seguimento seria a ideologia, que “aparece como um projeto de agir sobre determinado circuito de representações, no intuito de produzir determinados resultados sociais” (Barros, 2005, p. 137).

A relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação – essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade –, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não é. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento inferiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso da violência imediata. (Chartier, 1988, p. 22).

Da mesma forma que a ideologia atribui à representação um objetivo para alcançar certo poder e controle, a alienação o faz com o imaginário. Segundo a noção de Cornelius

Castoriadis (1922-1997), o imaginário se utiliza do simbólico para existir. Melhor dizendo, o imaginário diz respeito a uma deturpação em relação a algo do real, baseando-se no simbólico e por meio das representações se torna mais concreto. Desse modo, a alienação age como um artifício da ideologia para fazer-se acreditar que a “mentira” (o imaginário) é a realidade.

### **2.3.A Dominação Masculina**

Assim, a dominância e a soberania masculina se constituem como ordens simbólicas e do imaginário que perpassam a realidade e atingem o psicológico, as dimensões imaginativas, e a cultura. Conforme Pierre Bourdieu, em sua obra “A Dominação masculina” (1998), evidenciou-se uma ordem antagônica no modo de pensar as relações de gênero. De forma que, para a manutenção do poder masculino, naturalizou-se a ideia que a mulher seria o oposto completo do homem. Logo, se o homem for visto como inteligente, competente e forte, a mulher seria vista como tola, incompetente e fraca. Portanto, essa percepção de pólos opostos “legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, elas próprias uma construção social naturalizada” (Bourdieu, 2002, p. 33). O predominante masculino “se sustenta em um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (Bourdieu, 2002, p. 53-54) e investe numa ideologia de superioridade para alienar a população — inclusive a eles mesmos — em um imaginário que utiliza desses símbolos para manter essa estrutura.

### **2.4.Histórias das Mulheres**

Da mesma forma, a ideologia configura o simbolismo na política, mais um dos espaços da dominância masculina. A política, por sua vez, é um dos elementos constitutivos da concepção de gênero de Joan Scott (1989), para ela “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1989, p. 28). Ainda de acordo com a visão de gênero de Scott (1989), ao decorrer da história, as relações interdependentes e mutuamente influentes entre os homens e as mulheres foram formadas de maneira assimétrica, conferindo ao homem uma posição social dominante em relação à mulher. Ou seja, estabelecendo um paralelo entre os conceitos de Bourdieu (2002) e Scott (1989), pode-se inferir que a divisão sexual é uma das formas da dominação masculina se estabelecer. Baseado nisso, é contundente entender que a História das mulheres “leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (Scott, 1991, p. 65). Mas, antes de tudo, consoante Scott, “a narrativa da história das mulheres que eu [Scott] desejo

fazer depende dessas múltiplas ressonâncias; é sempre uma narrativa política” (Scott, 1991, p, 67).

A autora compreende então o gênero como uma categoria de análise histórica que permite a compreensão das origens e sentido das opressões decorrentes da dominância masculina e a identificação das desigualdades de poder na sociedade. Assim, na concepção da historiadora, o gênero é formado por duas partes, em que a primeira é seu poder de constituir as relações sociais que partem da distinção do homem e da mulher, e a segunda é que o gênero exerce na primeira instância a designação das relações de poder. Esse primeiro fator seria formado por sub-partes, que seriam quatro elementos relacionados entre si que estabelecem a constituição do gênero pelas suas relações sociais que implicam diretamente nas suas representações de poder (Scott, 1989). De modo que nenhum pode operar sem o outro, esses elementos seriam: 1) os símbolos culturalmente disponíveis, 2) os conceitos normativos, 3) a política e as instituições e 4) a identidade subjetiva dos gêneros.

A partir dessa noção, conceitua-se à luz da autora o elemento simbólico (1) pela sua disponibilidade cultural relativos ao gênero, que estão ligados às noções binárias e geralmente contraditórias. Isto é, os elementos simbólicos são representados em contraposição um ao outro, yin ao yang<sup>3</sup>, o forte ao fraco, o bom ao mau, Maria à Eva. O binarismo já havia sido apontado por Bourdieu em relação ao homem e à mulher, de modo que o homem seria o polo positivo enquanto a mulher, como seu oposto, seria o negativo (Bourdieu, 2002). Nessa concepção, as identidades femininas seriam pautadas como antônimas do masculino. Contudo, na visão de Scott (1989) essa dualidade acontece inclusive dentro do gênero feminino. Pois, por um lado, existe as mulheres exaltadas pelas suas “qualidades femininas”, boas esposas e mães, atenciosas, calmas, silenciosas e obedientes às normas de condutas. Essas seriam análogas à representação bíblica da Virgem Maria. Por outro lado, seu oposto seria Eva que, apesar de esposa e mãe, ela era desobediente, traiu seu marido ao comer do fruto proibido, foi a mãe de um filho assassino e a responsável por trazer o pecado ao mundo.

No que diz respeito aos conceitos normativos (2), estes se instituem como um eixo social, que se baseia no simbolismo para condicionar o gênero de maneira categórica frequentemente por meio de oposições binárias. A interpretação desses símbolos visa enquadrar seus significados, a partir de visões limitantes e repressivas, restringindo as possibilidades de diferentes descrições, bem como regular comportamentos. Dessa forma, estabelecem-se normas

---

<sup>3</sup> Conceito oriental que caracteriza duas forças contrárias que se complementam. Enquanto o yin é trevas, o yang é luz.

de condutas bem definidas que se apoiam na posição do dominante para caracterizá-la como a única possível. Por isso, a visão de Scott evoca a importância de analisar as representações simbólicas e as interpretações normativas advindas delas.

Assim, “O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (Scott, 1989, p. 29). Nesse sentido, cabe incluir neste exame as noções políticas e institucionais da organização social (3), pois, o político como elemento constituinte do gênero está diretamente relacionado com a representação de poder. Por meio da utilização desses símbolos e de sua perpetuação binária, que as instituições vão manter esse poder.

Perante os elementos anteriores, torna-se quase impossível manter uma multiplicidade de subjetividades disponíveis. Os esforços simbólicos, ideológicos e políticos juntamente à normatividade exprimem identidades limitadas (Scott, 1989). Dessa maneira, “os homens e as mulheres reais não preenchem sempre os termos das prescrições da nossa sociedade ou das nossas categorias de análise” (Scott, 1989). Logo, a subjetividade como constituinte do gênero (4) revela os imperativos dos outros elementos sobre ela, limitando-as a identidades específicas e direcionadas às mulheres e aos homens. Por isso, utilizando do gênero como uma análise histórica, deve-se “examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e colocar os seus achados em relação com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas.” (Scott, 1989, 30).

### **3. RESUMO E REFLEXÕES SOBRE AS LITERATURAS DISTÓPICAS**

#### **3.1. “1984” (1949) – George Orwell**

Em 1949, George Orwell publicava um dos seus livros mais famosos: “1984”. O título surge como um anagrama do ano de produção da obra (1948), alterando apenas a ordem dos dois últimos números do ano. Como um paralelo do contexto contemporâneo ao autor retratando um futuro próximo ficcional e distópico, ou seja, um possível futuro em que as ordens autoritárias de seu tempo obtiveram êxito. Nesse sentido, a história segue por meio de um narrador que ora é um observador onisciente em terceira pessoa, ora assume a primeira pessoa como voz do protagonista, Winston Smith.

Winston é um funcionário do Ministério da Verdade, parte da administração do governo da Oceania, representado pela figura de um homem branco, de olhos atentos e bigode

grosso, conhecido como Grande Irmão. Apesar de trabalhar para esse regime, o protagonista mantém um secreto desprezo à figura do Grande Irmão e a tudo o que ele representa. Seus sentimentos são mantidos em segredo em prol de sua segurança, já que o sistema em que vive é um regime totalitário altamente repressivo, sendo considerado crime o pensamento contra o governo.

No contexto da ficção, existem três grandes potências mundiais que estão continuamente em guerra umas com as outras. Ora a Oceania está em guerra com a Lestásia, ora é contra a Eurásia. A informação ao certo não é de conhecimento da população, pois o objetivo do governo é que a sociedade sempre acredite e concorde com as notícias e atuações do regime. Logo, se o Grande Irmão afirma que a guerra sempre foi contra a Eurásia, todos acreditarão nisso, mesmo que no dia anterior a informação fosse que a Lestásia era o inimigo eterno. O lema desse governo é: “guerra é paz; liberdade é escravidão; ignorância é força” (Orwell, 1949, p. 12).

Avesso a tal perspectiva, Winston, como funcionário do Ministério da Verdade conhece a natureza dos fatos, uma vez que sua função é de corromper e extinguir documentos que vão contra as falas do governo. O protagonista, no decorrer da história, como forma de rebeldia, comete crimes desde comprar um diário para escrever seus pensamentos e convicções, a se envolver com estudos do (suposto) partido reacionário. Neste momento, Winston se envolve sexualmente com Júlia (uma jovem funcionária do Departamento de Ficção), o que também se configurava como crime, pois, as relações sexuais só eram permitidas para a procriação e após o casamento.

Esta breve exposição do enredo de "1984" revela características marcantes da crítica do autor aos regimes totalitários. Primeiramente, ao representar o regime fictício, o autor expõe elementos que, segundo Hannah Arendt (1951), são intrínsecos a esse tipo de governo, como: a suspensão de privacidade e de individualidade, o apoio das massas não politizadas, propagandas promovendo o regime e o terror como instrumento de controle (Arendt, 1951). Tais características ressoam com a experiência histórica de Orwell, que não só viveu durante a ascensão do fascismo europeu e da União Soviética stalinista, como também participou de conflitos em que se opôs a esses regimes, já que participou ativamente da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Diante desse cenário, Orwell, lutou em favor dos republicanos da

Espanha contra o franquismo<sup>4</sup>. Concomitantemente, teceu críticas ao governo de Joseph Stalin (1922-1953) sendo considerado inimigo da URSS e perseguido por espões soviéticos durante sua estadia na Espanha (Orwell, 1938)

Autodeclarado socialista democrático, Orwell repudiava o stalinismo<sup>5</sup> (Trevas apud Toquetti, 2023), refletindo essa aversão na representação do Grande Irmão em sua obra, assim como no regime totalitário da Oceania, inspirados, respectivamente, em Stalin e na URSS. Não ao acaso, o texto foi escrito após a ascensão e a queda de diversos regimes autoritários na Europa e durante as tensões da Guerra Fria. Vale-se ressaltar que a URSS era uma das duas potências desse conflito. Assume-se então, que como ativista democrático, estava contra a ideologia soviética, e na visão da época, consequentemente estaria ao lado do Ocidente. Logo, o texto serve como uma advertência contra os regimes totalitários e alerta sobre o que pode acontecer caso eles obtenham sucesso frente à democracia.

Tal narrativa representa a Oceania a partir do Ocidente capitalista da Guerra Fria, ou seja, apesar de a história do protagonista se passar em Londres do ano fictício de 1984, todo o continente americano, toda a (atual) Oceania, parte sul da África e o Reino Unido estariam sob o mesmo regime totalitário. No contexto da história real, no pós Segunda Guerra, o posicionamento ideológico inglês estava conforme o dos EUA, ou seja, as relações, as representações e os imaginários eram similares entre elas, uma vez que o anticomunismo pairava por todo Ocidente. Consoante Meathew Gerth em *Anti-Communism in Britain During the Early Cold War* (2023), a histeria anticomunista inglesa era mais amena que a estadunidense. Ao passo que nos EUA o anticomunismo era entendido como um ato político e patriótico, no Reino Unido era considerado um ato moral. Assim, a represália ao comunismo existia desde os eventos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Apesar de diminuir ao longo do processo histórico, o anticomunismo tornou a ser popular pela iminência da Guerra Fria e pelo receio de uma Terceira Guerra (Hobsbawn, 1994).

Até então, o efeito negativo do comunismo estava associado a falha moral, porém, após 1949, ano de publicação da obra, ocorre um movimento denominado por Gerth de *British*

---

<sup>4</sup> Nome referente regime totalitário fascista instaurado por Francisco Franco (1892-1975) na Espanha após a Guerra Civil.

<sup>5</sup> Nome dado ao governo totalitário de Joseph Stálin (1878-1953) na antiga União Soviética que durou de 1922 até a morte do governante em 1953.

*McCarthyism*<sup>6</sup> promovido por Robert Vansittart<sup>7</sup>(1881-1957). É interessante perceber que Orwell critica o processo de denúncias e criminalização promovido pela própria sociedade de sua obra a partir da visão da repressão soviética. Contudo, a mesma estratégia de deter o ideal inimigo já estava sendo usada pelos EUA e poucos meses antes de sua publicação também já era um fato na sua própria sociedade. Ou seja, sob essa perspectiva, nenhum lugar do mundo estava isento de processos autoritários.

### **3.2. “Revolução no Futuro” (1952) – Kurt Vonnegut**

Entre as três fontes analisadas, “Revolução no futuro” é a distopia que mais se assemelha à realidade das sociedades ocidentais durante a Guerra Fria. Isso se dá pelo fato de o autor representar em sua obra uma sociedade fictícia à luz das problemáticas vivenciadas por ele nos anos de 1950.

O livro retrata o estado de Nova Iorque após os eventos da Terceira Guerra, divergindo das outras duas tramas em que se passa durante ou na iminência dessa Guerra. Nesse caso, Vonnegut cede menos à histeria do medo de um novo conflito e foca mais em fazer um paralelo com os EUA após a Segunda Guerra e os impactos sociais e no mercado de trabalho da época.

A escrita de Vonnegut, da década de 1950, apresenta duas histórias que acontecem concomitantemente. A primeira e principal diz respeito ao protagonista Paul Proteus, engenheiro chefe da Usina de *Illiun*, cargo que antes seu pai assumia. Já a segunda narrativa funciona como um explicativo aos leitores de como se configura aquela sociedade. Para isso, acompanha-se a trajetória de um líder político e espiritual que vive em uma outra sociedade diferente da cultura e política dos EUA, onde estava em viagem de aprendizagem. Essa viagem tem como objetivo analisar as estruturas que regem essa população para averiguar se compensaria aderir aos meios do sistema em sua própria sociedade. As duas histórias se encontram já ao fim do livro.

O regime da ficção é governado por uma inteligência artificial e pelos “engenheiros”. Dessa forma, as classes sociais são distinguidas pelo Q.I<sup>8</sup> de cada cidadão, assim, a base da

---

<sup>6</sup> Tradução livre: Marcartismo Britânico. O autor utiliza o termo marcartismo, que foi o movimento que objetivava criminalizar práticas ditas comunistas. Por meio desse movimento, incentivava-se a população a denunciar aqueles que fossem suspeitos de corroborarem com os ideais comunistas. Dessa forma, ele dá o adjetivo “britânico” para informar a localização do ocorrido, já que o termo caracterizado alude a esse processo que ocorreu nos EUA promovido por Joseph McCarthy (1947-1957). O conceito é melhor entendido mais adiante nesse trabalho.

<sup>7</sup> Subsecretário Permanente do Exterior do Reino Unido (1930–1938).

<sup>8</sup> Quociente de inteligência.

pirâmide estrutural é composta pelos trabalhadores de menores Q.I's do saneamento e tratamento de esgoto e pelo exército. Por outro lado, aqueles de Q.I superior estudam em universidades para tornarem-se gerentes e engenheiros. Apesar do índice de inteligência elevado, a depender das funções que o indivíduo cumpre, pode ser substituído pelo trabalho das máquinas, rebaixando-o a cargos de menor valorização, geralmente destinados ao tratamento de esgoto.

Enquanto isso, Proteus, como gerente de um importante usina, possuía estabilidade financeira e privilégios. Todavia, vivia com questões internas e desmotivação ao seguir essa carreira. Encontrava mais prazer em passar o tempo com as classes mais baixas, por mais que tal ato fosse mal quisto. Por esta razão, em segredo, o protagonista investe em uma vida mais simples e pacata, porém, nessa busca por simplicidade acaba se envolvendo em movimentos de ideologia saudosista e revolucionária, com propostas da retomada dos antigos costumes sem as classificações sociais a partir do QI e contrário ao uso das máquinas.

Sua esposa, Anita, encorajava-o a continuar em sua carreira e a alcançar cargos superiores, era do interesse dela manter a aparência e os privilégios da classe, que atingiu por meio de seu marido. Logo, negou-se a viver junto a ele em sua empreitada contra as condutas do regime. Com isso, após o divórcio, Proteus participa mais ativamente da oposição, liderando uma guerra civil entre trabalhadores e engenheiros, conseqüentemente, contra a mecanização do mercado de trabalho.

A história dialoga com o cenário do pós-Segunda Guerra e principalmente com o contexto de vida do autor. Pois, Vonnegut lutou na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, sendo enviado para o conflito na Alemanha, onde sofreu com o ataque de bombas. O relato dessa experiência foi registrado em seu livro “Matadouro 5” (Allen, s/d)<sup>9</sup>. Além disso, ao retornar da guerra teve dificuldades para se realocar no mercado de trabalho, visto que muitas funções foram substituídas por máquinas, porque as tecnologias haviam se desenvolvido ao ponto de serem mais eficientes que a mão de obra humana.

O autor consegue vínculo empregatício com o conglomerado multinacional *General Electric*, no cargo de publicitário. Vale ressaltar que a *General Electric* era a terceira maior empresa empregatícia dos Estados Unidos durante as décadas de 1940 e 1950, e por sua vez foi

---

<sup>9</sup> Dados de ano de publicação não identificado.

uma influente opositora das políticas do *New Deal*<sup>10</sup> e do estado de bem estar social que favorecia a força dos sindicatos, melhores salários e benefícios trabalhistas (Espinosa, 2015). Bem como, a empresa ficou marcada pelo projeto de “reeducação política”, método utilizado para disseminar a ideologia política liberal na economia e contra os sindicatos e a política econômica caracterizada pelo *New Deal*. Assim, “o programa de reeducação política contava ainda com uma extensa propaganda na TV, rádio e jornais da comunidade atentando para o poder destrutivo dos sindicatos e para os benefícios da indústria para a população.” (Espinosa, 2015, P. 45).

Assumindo esse ideal de constante busca pela eficiência dos serviços em prol do lucro, as tecnologias foram bastante utilizadas para manter uma constante produção com exponencial faturamento que significaria o maior controle das grandes corporações sobre a população. Ou seja,

[...], essa centralização sem precedentes do capital foi guiada pela necessidade de aumentar a produtividade do trabalho. No momento em que a competição de mercado foi substituída pela autoridade gerencial, os custos de organização de um grande número de trabalhadores poderiam ser substancialmente reduzidos. (Barbrook, 2009, P. 94)

Destarte, a obra de Vonnegut não só evidencia as questões sociais e empregatícias durante a Guerra Fria, como também critica e alerta sobre o controle que o capitalismo exerce sobre a população, privando-a de exercer funções e tarefas dignas para apenas consumir desenfreadamente e conformar-se com a ordem das coisas. De modo que “a nova tecnologia era um servo dos chefes, não dos trabalhadores” (Barbrook, 2009, p. 96), e com isso, “para os grandes negócios mais do que para o alto governo, o pesadelo de Vonnegut era o sonho acordado da computação” (Barbrook, 2009, P. 97).

### **3.3. “Fahrenheit 451” (1953) – Ray Bradbury**

Neil Gaiman (2013), ao escrever a introdução de “Fahrenheit 451” (1953), informa que “Este livro é um alerta. É um lembrete do valor daquilo que temos, e de que, às vezes, pressupomos que aquilo que valorizamos esteja garantido” (Gaiman, 2013, p. 9). Para Ray Bradbury, aquilo que tinha de maior apreço eram os livros. Consequentemente, ele retratou sua sociedade distópica através da proibição da leitura, uma medida brutalmente imposta pelos

---

<sup>10</sup> O *New Deal* foi uma série de programas e políticas implementadas nos Estados Unidos durante a década de 1930, em resposta à Grande Depressão (Crise de 1929). Foi uma iniciativa do presidente Franklin D. Roosevelt (1882-1945) em que o principal objetivo era aliviar os efeitos da Grande Depressão, restaurar a confiança no sistema financeiro e revitalizar a economia. Para isso, buscou-se limitar o liberalismo e recuperar a economia por meio de um planejamento econômico de intervenção do Estado.

bombeiros, que eram agentes de uma organização incumbida de queimar livros, as casas que os abrigavam, e seus donos. Propositadamente, “Fahrenheit 451” (1953) denota a temperatura precisa em que o papel entra em combustão.

A narrativa de “Fahrenheit 451” delinea a jornada de Guy Montag, um membro proeminente da corporação dos bombeiros incendiários, que gradualmente confronta os fundamentos de sua profissão instigado pelo conteúdo clandestino e supostamente perigoso expresso nas páginas dos livros que queimaria. A curiosidade de Montag surge de suas breves conversas com sua vizinha de 17 anos, Clarisse. A jovem o questiona sobre seu trabalho e suas emoções, fazendo-o refletir sobre seu papel social. Com o desaparecimento misterioso da vizinha, o protagonista suspeita que ela tenha sofrido uma ação do governo, já que a garota e sua família mantinham costumes diferentes e não incentivados pelo sistema. O interesse dela pelos livros era um indicativo de seu destino nunca exposto, mas sempre suposto de que estaria morta, assassinada pelas forças repressivas.

Em meio a esse contexto, o protagonista em um de seus serviços, secretamente, resgata um dos livros que seriam queimados e o leva para casa. Deste momento em diante, Montag, torna-se um dos leitores proscritos, impelido progressivamente por suas leituras, buscando-as fervorosamente. Eventualmente, suas transgressões seriam descobertas pelas autoridades, mas antes disso, o personagem principal tenta incitar sua esposa, Mildred, no intuito de gerar o mesmo efeito que Clarisse causou a ele. Mildred, no entanto, rejeita as investidas de seu marido, opondo-se firmemente às suas ações.

Por fim, sua esposa o denuncia, tornando-o oficialmente um criminoso foragido. Montag, consegue fugir da cidade em que vive e, durante sua fuga, ele encontra e se une a um grupo de anciãos intelectuais que também fogem do sistema. A pequena associação de homens idosos tem o objetivo de memorizar obras literárias para que a informação seja guardada e perpetuada oralmente pelas gerações até o dia em que a leitura não fosse mais crime, após a queda do regime vigente.

Nas palavras de Bradbury: “Ficção científica é uma ótima maneira de fingir que você está falando do futuro quando, na realidade, está atacando o passado recente e o presente.” (Bradbury, 1953, s/p). De fato, “Fahrenheit 451” (1953) apresenta elementos que facilmente são associados ao contexto histórico da produção e de acontecimentos contemporâneos ao autor. Em primeiro lugar, a ideia de conter informação e cultura a partir da destruição, especificamente pela queima, foi utilizada pelo regime nazista de Adolf Hitler (1889-1945) que promoveu a

queima de livros “subversivos” em 1933. Já em 1937, a exposição de “arte degenerada” (a arte que não deveria ser apreciada) promovida pela Alemanha, é representada no livro pela repressão do regime fictício ao declarar normas de conduta e de consumo artístico (Gil, 2019).

Além disso, o autor critica a cultura do entretenimento do contexto de ascensão das televisões ao representá-las como aparelhos desprezíveis que alienavam as pessoas. De certo, foi um elemento facilitador das propagandas governamentais e de consumo durante o cenário do pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, a TV foi uma grande aliada na disseminação da histeria em torno da iminência de uma Terceira Guerra e da ideologia capitalista da Guerra Fria. (Hobsbawn, 1994).

Diante disso, a prática popular de denúncias a suspeitos de possuírem livros se relaciona com o método macartista dos EUA durante o período e local de produção da obra. Promovido pelo senador Joseph McCarthy, o movimento denominado marcartismo tinha como objetivo combater a ameaça comunista nos EUA. Para isso, além do mecanismo político e das forças repressivas, a população civil era considerada uma aliada ao denunciarem colegas, vizinhos, familiares, entre outros que fossem suspeitos aliados do ideal inimigo (Espinosa, 2015). Assim, homens e mulheres identificados como politicamente indesejáveis eram punidos. Essa representação na obra fica evidente tanto pelo desaparecimento de Clarisse quanto pela denúncia ao próprio marido feita por Mildred.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em todos os casos dessas obras o homem é o protagonista. Ele é quem atua e movimenta a história. Ele é o sujeito, e desse modo, tanto para a linguística quanto para as representações das obras, a mulher seria o objeto, e a ela cabe o silêncio (Perrot, 1998). Essa percepção de universalidade do homem está presente na literatura desde a Bíblia, em que o homem (Adão) foi o primeiro a existir e, de uma parte dele, nasceu a mulher (Eva). Nesse mesmo viés, o papel das mulheres representadas nas fontes é restrito ao relacionamento sentimental/sexual com os protagonistas. E, apesar de estar contextualizada na mesma realidade ficcional dos personagens masculinos, na dimensão geral, elas estão alheias à situação pública e restritas ao meio doméstico.

O fato dessas representações serem simbolizadas desta maneira evidencia a atuação dos elementos constituintes do gênero descritos por Scott (1989) e conseqüentemente os signos dominantes se sobressaem. Neste caso, o homem se entende como universal, o todo diz respeito a ele, tudo aquilo que não for o homem é o Outro (Beauvoir, 1949). Ou seja, homossexuais,

pessoas com deficiências, negros, todos aqueles que fazem parte da categoria de minorias, todos que não sejam homens brancos, heterossexuais, cisgênero normativos são o Outro. No caso das relações de gênero, o Outro é a mulher (Beauvoir, 1949). Desse modo, as mulheres são representadas a partir do viés dominante do homem em que elas são menos importantes (ou irrelevantes) para a narrativa. As mulheres são representadas pelo simbolismo do imaginário vigente e não como indivíduo pautado de subjetividade.

Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER. A falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a abundância dos discursos e com a proliferação de imagens. As mulheres são muito mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam. (Perrot, 1998, p. 11).

Nesse sentido, cabe teorizar e debater elementos e símbolos convergentes entre as obras “1984” (1949), “Revolução no Futuro” (1952) e “Fahrenheit 451”(1953) que estabelecem um paralelo direto com o contexto histórico dessas literaturas, mas principalmente com o que diz respeito ao imaginário em relação às mulheres e aos elementos próprios da história das mulheres. Para tal, os conceitos de gênero de Joan Scott (1989) embasam teoricamente a análise das personagens como mulheres representadas. Pode-se também se apoiar em alguns conceitos de autoras como Michelle Perrot (1928), Simone de Beauvoir (1908-1986) e Judith Butler (1956) para melhor complementar a análise.

#### **4.1. Capitalismo, consumismo e simbolismo**

A partir do exame das fontes é possível perceber semelhanças elas. Muito disso se deve ao contexto histórico em que foram escritas. Tal constatação se aplica também à similaridade das representações das mulheres entre as obras analisadas. Primeiramente, as obras foram publicadas entre os anos de 1949 e 1953, contextualizadas historicamente no período da Guerra Fria (1947-1991). As tensões globais decorrentes desse período evidenciaram dois ideais diametralmente opostos defendidos pelas duas grandes potências do período: Estados Unidos da América (EUA) em defesa do sistema capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em defesa do socialismo. Todos os três autores estavam geograficamente do lado do ocidente capitalista, já ideologicamente não existe uma comprovação direta do alinhamento de todos esses autores, mas, baseado em suas narrativas possibilita a ideia de

estarem a favor dos conceitos ocidentais (especialmente estadunidenses) de liberdade e de individualidade.

Como forma de propagar e reforçar a ideologia do capital, a afirmação e defesa da liberdade e do individualismo eram concebidas como um feito patriótico e anticomunista, fazia parte do “americanismo” (Hobsbawm, 1994). Tal noção já era endossada pelos EUA desde seu momento de independência (1776) e toma novas proporções pelo contexto da Guerra Fria, uma vez que um dos modos de exercer essa noção de liberdade estava vinculada ao consumo. Essa perspectiva estava expressa no texto de Henry Luce<sup>11</sup> intitulado *The American Century* e publicado em 1941 ao escrever: “What we must insist on is that the abundant life is predicated on Freedom — on the Freedom which has created its possibility — on a vision of Freedom under Law. Without Freedom, there will be no abundant life. With freedom, there can be”<sup>12</sup> (Luce, 1999, p. 168).

Tal argumento cabe principalmente no que diz respeito as mulheres. Isso porque, nesse período as mulheres já estavam muito bem engajadas nas discussões e reivindicações do feminismo e, a partir das lutas políticas travadas pelo movimento, passaram a ocupar espaços que até então eram considerados exclusivamente masculinos. Todavia, esse cenário se mostrou provisório. Já que os homens retornaram da guerra, as mulheres foram retiradas dos espaços que recentemente ocuparam, para que eles restabelecessem a hegemonia masculina nos setores públicos da sociedade. Isto é, as mulheres foram restituídas ao meio privado, cumprindo exclusivamente o papel de esposa e mantenedora do lar. Dessa forma, “por necessidade de se agarrarem ao imutável, por um sentimento de justiça elementar, eles (os homens) querem voltar a encontrar suas mulheres tal qual tinham deixado, no lugar onde as tinham deixado” (Thébaud, 1991, p.80). Nesse sentido, a visão popular sobre as mulheres não mudou mesmo diante sua recente e provisória emancipação. Assim, para elas “a liberdade permanecia cercada. Mulheres eram cidadãs de segunda classe” (Barbrook, 2009, p. 127).

Desse modo, de acordo com Luce (1999) a liberdade seria expressa pela abundância, logo, a emancipação das mulheres era alcançada a partir de seu consumo. Pois, o sistema regido pelo capitalismo desenfreado, necessitava da mulher restrita ao doméstico para resguardar apenas a presença dos homens no meios públicos. Assim, adotou-se medidas de incentivo ao consumo através dos veículos de comunicação propagandísticos que, por vezes, buscaram

---

<sup>11</sup> Jornalista estadunidense, magnata de revistas e conhecido pelo título de “cidadão privado mais influente da América”.

<sup>12</sup> Em tradução livre: O que nós mais devemos é insistir na vida abundante e na liberdade declarada – na liberdade que se cria a possibilidade – em uma visão de liberdade sob a lei. Sem liberdade, não haverá vida abundante. Com liberdade, pode-se haver.

enfocar como público-alvo as mulheres, como também utilizavam do mesmo discurso para mantê-las na posição em que elas fossem reduzidas a partes pouco significativas na sociedade e na História. Diante dessa noção, como Luce (1999) afirmou, é a partir da abundância que se faz a liberdade, e para as mulheres, o consumo traria a abundância, sendo uma das poucas formas de liberdade que a simbologia capitalista permitia e as incentivava a terem. Logo, a mulher da classe média “Tinha liberdade de escolher automóveis, roupas, utensílios, supermercados e possuía tudo o que a mulher jamais sonhou” (Friedan, 1963, p.19). Contudo, essa “liberdade” se sobrepõem ao verdadeiro objetivo de controlar os espaços e comportamentos das mulheres. Ou seja:

O discurso estampado nas revistas daquele período produzia sentido a respeito de determinados modelos de mulher. Havia uma espécie de disciplina corporal feminina, já que o convencimento passava pela argumentação de que, para ser aceita ou se enquadrar nos parâmetros sociais e morais vigentes, era necessário comprar, consumir, se comportar ou ser da forma apresentada pelos diversos meios de comunicação vigentes. Ela estava em constante observação e pressão para ser aceita, seja no seio familiar, seja em âmbito social (Santos; Souza, 2016, p. 5)

Para obter o êxito de limitar e induzir as mulheres ao meio doméstico e às práticas consumistas, os Estados capitalistas utilizaram de artifícios simbólicos. Ou seja, utilizaram das construções simbólicas presentes no imaginário social, e por meio da alienação guiaram os símbolos de modo a suprir as necessidades do governo quanto às relações sociais e de gênero. Dessa forma, estabelecem normas de conduta bem definidas e potencialmente repressivas baseadas na alienação simbólica, já que, a normatividade depende da concepção dos símbolos para se instituir. Pois, é a partir das interpretações desses simbolismos que a norma impera no objetivo de limitar e conter as possibilidades metafóricas por trás desses símbolos (Scott, 1989).

Isto é, a política capitalista se mune de simbolismos, utiliza conceitos normativos como arma social em prol de defender seus interesses pautados no patriarcalismo e condicionar as pessoas, especialmente as mulheres a subjetividades específicas. A partir daí, é possível compreender o condicionamento das mulheres na sociedade pelos poderes que imperam sobre elas, restringindo-as a uma realidade da qual se torna impossível sair, retomando Bourdieu, a violência simbólica que elas sofrem causa a naturalização das relações de poder (Bourdieu, 2002).

Assim, a figura da mulher consumista se pauta primeiramente na limitação dos espaços públicos, enquadrando-as no meio doméstico por meio da naturalização do papel feminino relacionado ao cuidado da família e da casa. Em seguida, movimentam o mercado comercial como uma atividade nobre a qual a mulher pode cumprir para apoiar seu país e reivindicar sua

liberdade como cidadã, pelo consumo, visto que essa era a única forma de “independência” que o capitalismo patriarcal as possibilitava.

As representações das mulheres perpassam os símbolos e contribuem com eles por meio de estereótipos e limitações do que seria a subjetividade das mulheres. É por esse viés que outras caracterizações de personagens femininas se desenvolvem em um plano de inferiorização e de secundarização da mulher. Assim, o estereótipo da mulher consumista se pauta principalmente nas mulheres brancas da classe média – como são as personagens presentes nas fontes literárias deste trabalho. A partir dessa caracterização, desenvolve-se uma gama de outras representações enviesadas pela adjetivação negativa das mulheres, por exemplo, a mulher consumista também se revela gananciosa, oportunista, fútil, tola, entre outros. Ainda, partindo do cenário que as mulheres foram retiradas de seus empregos e devolvidas estritamente ao meio doméstico, o único meio monetário possível para que elas exerçam seu consumismo é o dinheiro de seus maridos, revelando outra perspectiva das mulheres: as que se armam de sexualidade para conseguirem os benefícios que almejam.

É nesse sentido que as representações das mulheres se apresentam nas obras. Baseadas em um simbolismo alienado elas são ideologicamente representadas. Quer se dizer que as representações das mulheres são construídas a partir de estereótipos com o objetivo de produzir algum efeito na sociedade, geralmente, o de condicionar as mulheres a realidades específicas em que constantemente são inferiorizadas. Dessa forma, cabe analisar trechos das obras que representam as mulheres a partir desses signos e ainda, fazê-lo a partir dos conceitos dos elementos constitutivos de gênero apresentados por Scott (1989).

#### **4.2. Representações das mulheres pelos símbolos disponíveis culturalmente**

O simbolismo, consoante Scott (1989), revela representações binárias. Ao trazer isso para a representação das mulheres pode-se perceber um binarismo em relação a mulher “boa” e a mulher “ruim”. Vê-se essa simbologia dual explicitamente em “Fahrenheit 451”(1953) pelo contraste representativo de Clarisse e Mildred. Enquanto Clarisse, a jovem vizinha de 16 anos esboça prazer pela vida, curiosidade, compaixão e senso crítico, Mildred é uma mulher de 30 anos que vive seus dias a base de medicamentos e de tecnológicas midiáticas. Confere-se então a Clarisse a perspectiva positiva, se compararmos ao exemplo bíblico já atribuído por Scott (1989). Ela seria a Virgem Maria. Já Mildred, representaria seu oposto subjetivo, ela seria Eva. Em um trecho particular da obra, a rotina autodestrutiva da esposa de Montag a leva ao abuso medicamentoso que provoca um estado de quase morte. Apesar de ser casado com Mildred e de em nenhum momento do livro estar explícito (mas sempre subentendido), Montag expressa

mais ternura e desejo por Clarisse do que por sua esposa, isso é evidente ao comparar a fala do protagonista sobre Clarisse e depois sobre a Mildred. Primeiro, ele pensa sobre Clarisse:

Ele se viu nos olhos dela , suspenso em duas gotas cintilantes de água límpida, uma imagem escura e minúscula, em ínfimos detalhes, as linhas ao redor de sua boca, tudo, como se os olhos dela fossem dois pedaços miraculosos de âmbar violeta que pudessem capturá-lo e mantê-lo intacto. O rosto de Clarisse, agora voltado para ele, era um frágil cristal leitoso dotado de uma luz suave e constante. Não era a luz histérica da eletricidade, mas... o quê? A luz estranhamente aconchegante e rara e levemente agradável de uma vela. (Bradbury, 1953, p. 25)

Em contrapartida, após a quase morte de Mildred, no dia seguinte ao seu contato com a adolescente, ele afirma sobre a esposa:

A circulação sanguínea nessa mulher era nova e parecia ter-lhe produzido algo novo. Suas bochechas estavam muito rosadas e os lábios muito frescos, cheios de cor, e pareciam macios e relaxados. O sangue de mais alguém estava ali. Quem dera fosse a carne, o cérebro e a memória de outra pessoa. Quem dera pudessem ter levado sua mente para uma lavagem a seco, esvaziado seus bolsos, e a tivessem vaporizado, limpo e remontado e a devolvessem pela manhã. Quem dera... (Bradbury, 1953, p. 35)

Algo semelhante acontece em “1984”, porém sob outra perspectiva. A personagem Júlia, interesse romântico de Winston, é compreendida pelo protagonista por essa dualidade. Primeiramente, Winston descreve a moça por um olhar imaginativo, ele presume que ela seja de tola, desprezível, aliás, para ele, todas as mulheres que trabalhavam para o partido são dessa forma, principalmente as jovens.

Winston via muitos defeitos em quase todas as mulheres, em especial nas jovens e bonitas. Eram sempre elas, principalmente as jovens, as adeptas mais fanáticas do partido, as que incorporavam os lemas, as espãs amadoras que denunciavam o que era inortodoxo. Mas aquela moça em particular lhe dava a impressão de ser mais perigosa do que a maioria. (Orwell, 1949, p. 17).

Somente após conhecê-la que muda sua opinião, passa a ter sentimentos por ela, e apesar de ainda ver nela características que considerava como defeitos, ele a mantém como aliada em sua “revolução”, a caracteriza como astuta e de confiança, além de todos os elogios à sua aparência física e de esboçar seu desejo sexual por ela. De certa forma, Júlia se torna o oposto da (ex) esposa de Winston (nessa realidade não há divórcio, os dois eram separados e não se viam há anos). Ele diz “que sem a menor sombra de dúvida (sua esposa) o teria denunciado para a Polícia do Pensamento se não fosse tão burra para perceber a inortodoxia das opiniões do marido” (Orwell, 1949, p.144).

#### **4.3.Representações das mulheres pelos conceitos normativos**

Quando se trata da normatividade ainda é percebido o binarismo, neste caso, mais presente quanto à distinção entre homem e mulher. Essa distinção se baseia nos meios simbólicos, mas é imposta pelos poderes dominantes, de modo a infligir (aos homens e às mulheres) normas categoricamente direcionadas. Logo, estabelecendo e reduzindo a categoria de gênero a duas partes, o conceito normativo do agir masculinamente é dado ao homem e à mulher é dado o agir femininamente. Dessa forma, as normas de conduta do governo fictício de Orwell condicionaram a esposa de Winston a ser cegamente fiel ao regime, cumprindo todas as demandas que a mulher do partido deveria cumprir. Era papel da mulher no partido manter “os costumes”, casar-se no intuito de reproduzir, não manter relações sexuais que não sejam unicamente para a procriação, usar roupas folgadas, não utilizar perfumes, maquiagens, etc. Em suma, ela deveria ser esposa, mãe, cuidar do lar e da educação dos filhos. Evidenciando que, “voltada à procriação e às tarefas secundárias, despojada de sua importância prática e de seu prestígio místico, a mulher não passa desde então de uma serva” (Beauvoir, 1949, p. 100).

Assim, as normas agem para conter as pessoas a esses padrões sociais estabelecidos pelo gênero. Dessa forma, “os homens estão do lado da razão e da inteligência que fundam a cultura; a eles cabe a decisão a ação e, conseqüentemente a esfera pública. As mulheres se enraízam na natureza; elas têm coração, a sensibilidade, a fraqueza também.” (Perrot, 1998, p. 269). Diante disso e da concepção do binarismo, se ao homem é destinado a esfera pública, a mulher, como Outro deve aceitar aquilo que determinaram a ela, o privado. Essa noção está presente nas obras analisadas nessa pesquisa. Tanto Mildred quanto Anita não trabalham, são mantenedoras do lar, que por sua vez passam o tempo distraídas com futilidades tecnológicas e ambições supérfluas as quais serão conquistadas pelo salário de seus maridos. Pois, o avanço tecnológico possibilita a dinamicidade das atividades domésticas, as mulheres passariam a ter menos esforços e cumprindo os deveres com mais agilidade, dispondo a elas maior tempo livre. Apesar dessa disponibilidade, o tempo delas é gasto em reuniões sociais com outras mulheres e em itens que desejam adquirir .

Essas representações são baseadas nas ordens simbólicas, perpetuadas pelos conceitos normativos e impostos a essa sociedade pelas instituições governantes. Por isso, em todos os casos das fontes, as mulheres que não fogem da norma de conduta social são representadas como aliadas dos governos e continuam os costumes infligidos a população. A problemática inferida da interpretação dos textos quanto ao posicionamento das mulheres é a indiferença dos protagonistas com essas personagens, já que eles compreendem a coerção governamental sobre elas, utilizando as normas como elemento limitante, mas tecem críticas e repúdio a elas por não

fugirem desse padrão. Basta ver que o simbolismo perpetuado pela sociedade oculta a possibilidade de emancipação, permitindo a elas escolherem se vão se submeter a normatividade do patriarcado pelo viés positivo (a Virgem Maria) ou pelo negativo (Eva). Assim, só há para as mulheres essas duas opções, não cabe a elas diferirem dessas noções, seu papel é evidente. Pois, as normas vão partir da noção binária do gênero (homens e mulheres) e vão cobrar de cada um papéis específicos designados a eles.

O fato de a realidade de gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (Butler, 1990, p. 201).

#### **4.4.Representações das mulheres pelo viés político**

Primeiramente, para utilizar o elemento político como constituinte do gênero é imperativo falar de poder, segundo Scott (1989, p.31): “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. O poder está ligado à dominância do homem, isso não que dizer que todos os homens têm o mesmo poder, mas sim que ao ser marcado como homem ele passa a ter privilégios sociais que o permite ser considerado superior as mulheres. Ou seja, o poder está na estrutura patriarcal, a política é predominantemente ocupado por homens, que por sua vez vão defender seus princípios e privilégios ao perpetuar a dominação masculina.

Ao retomar as representações das mulheres nas obras, percebe-se como único signo de poder das mulheres, de acordo com Perrot (1998), a sexualidade. Nesse viés, as mulheres, como corpos, exprimem desejo aos homens, esse seria “o ponto fraco deles”. Desse modo, as mulheres usariam do sexo para “tentar dominar” os homens, sendo essa força temida e desejada por eles (Perrot, 1998). Nas obras analisadas a sexualidade das mulheres é uma das poucas características positivas associadas a elas pelos protagonistas. Mesmo assim, pela interpretação dos protagonistas nas obras, o ato sexual não consumado era uma forma de minar o poder dos homens e estabelecer uma espécie de dominação sobre eles. Em “1984” (1949) , Winston sente desejo por Júlia, exaltando sua juventude e corpo esbelto, a cintura marcada pela faixa que a amarrava. Mesmo em seu momento de ódio por tudo que ela representava, reconhecia seu desejo latente, sonhava com atos sexuais com a moça. Isso fica explícito em diversos trechos:

[...] percebia agora, melhor que antes, porque a odiava: a moça era jovem, bonita e assexuada; queria ir para a cama com ela e jamais conseguiria, porque ao redor da cintura sinuosa, que parecia pedir que alguém a enlaçasse, havia apenas a odiosa faixa escarlate, símbolo agressivo do celibato. (Orwell, 1949, p. 22)

Obviamente, tinha ficado fora de si de tanto medo, e com razão. Tampouco a ideia de recusar a iniciativa dela lhe passou pela cabeça. Apenas cinco noites antes ele havia

considerado esmagar o crânio da moça com um paralelepípedo, mas isso não tinha importância. Pensou em seu jovem corpo nu como ele havia visto em sonhos. Imaginara-a uma tola como o resto delas, a cabeça feita de mentiras e ódio, o ventre repleto de frieza. Foi dominado por um tipo de febre ante a ideia de que poderia perdê-la, de que o corpo jovem e branco lhe escapasse. (Orwell, 1949, p. 119)

Ele não sentiu nenhuma tentação de contar mentiras. Era até uma espécie de oferenda de amor, começar contando o pior.

— Eu odiava ver você. Quis estuprar você e depois assassinar. (Orwell, 1949, p. 130-131)

Já em “Revolução no futuro” (1952), Paul vê como a principal qualidade de sua esposa a sua aparência e libido. De todos os protagonistas, ele é o que mais apresenta sentimentos por sua esposa, mesmo assim a todo momento ele duvida de suas intenções, critica sua personalidade e atitudes.

A expressão “armada até os dentes” ocorreu a Paul enquanto observava por cima do copo. Com um austero vestido escuro que deixava descobertos seus ombros bronzeados e a garganta, uma peça isolada de joalheria no dedo, e maquiagem muito leve. Anita havia combinado com sucesso as armas do sexo, do bom gosto, e uma aura de competência masculina. (Vonnegut, 1952, p. 45)

Ela era o que o destino havia lhe dado, em termos de amor, e ele se esforçava ao máximo para amá-la. Conhecia Anita demais para que os preconceitos dela, menos do que ofensivos, não passassem, para ele, a maior parte do tempo de uma coisa patética. Ela era fonte de coragem, mais do que ele gostava de admitir. Possuía também um gênio sexual que dava a Paul seu único entusiasmo espontâneo na vida. E Anita tinha também tornado possível, com a sua preocupação rigorosa pelos detalhes, a luxúria de sua visão das coisas, distanciada, alternadamente divertida ou cínica. Era tudo o que ele possuía. (Vonnegut, 1952, p. 160-161)

Ainda, em um trecho de conversa entre os amigos do protagonista, a ideia de o sexo ser um poder que a mulher teria é estabelecida, no intuito também de justificar um certo interesse e oportunismo das mulheres que usariam o sexo como meio de alcançar objetivos. Essa relação pode ser feita com a personagem Anita, que antes de casar-se com Paul era sua secretária e vinha de um histórico humilde entre os proletários e, a partir de sua união com o protagonista, se tornou parte da alta hierarquia.

— É uma hierarquia tão rígida quanto qualquer outra — falou Finnerty. — Como é que uma pessoa pode elevar o seu Q.I?

— Exatamente — disse Lasher. — E foi construída sobre mais do que o simples poder cerebral; foi construída sobre modalidades especiais de poder cerebral. Não só uma pessoa deve ser brilhante, mas deve ser brilhante segundo certos requisitos estabelecidos e úteis: basicamente administração e engenharia.

— Ou casar-se com alguém que seja brilhante — interveio Finnerty.

— O sexo ainda pode derrubar todo tipo de estruturas sociais; você tem razão — concordou Lasher.

— Com um bom par de seios você chega aonde quiser. — disse Finnerty.

— Bem, é consolador saber que uma coisa pelo menos não mudou em séculos, não acham? — Lasher sorriu. (Vonnegut, 1952, p. 114)

#### 4.5. Representações das mulheres pela subjetividade

Perante os elementos anteriores, torna-se quase impossível manter uma multiplicidade de subjetividades disponíveis para as mulheres. É uma conclusão possível, a partir da análise dos elementos e fenômenos discutidos sobre a representação das mulheres, que os esforços simbólicos, ideológicos e políticos juntamente aos conceitos normativos exprimem a essa sociedade de mulheres uma privação identitária. Assim, relacionou-se às mulheres a natureza de sua capacidade de gerir, organizar e manter a estabilidade. Esse viés também atribui a elas o estereótipo de serem imutáveis, estagnadas e de impossível evolução. Dessa forma, nas obras, as mulheres temem a mudança, elas são as mantenedoras da ordem das coisas. Especificamente quanto à Júlia, apesar de ela não concordar com a continuidade do sistema em que vive, também não toma atitudes para que o cenário seja modificado. Ela não acredita na mudança e sua rebeldia também é privada. De acordo com Winston, Júlia “só é rebelde da cintura para baixo – ele zombou.” (Orwell, 1949, p. 166). Como também, Orwell expõe a natureza passiva e de senso comum das mulheres a respeito da movimentação delas para uma revolução: “Até que se tornem conscientes, nunca vão se rebelar, e até depois de se rebelar, não podem se tornar conscientes.” (Orwell, 1949, p. 80).

Outro exemplo está ligado a “Fahrenheit 451” (1953), apesar de Bradbury utilizar símbolos e elementos menos explícitos como nos outros livros analisados, pode-se inferir a noção de que Mildred não muda e não tem interesse na mudança. É evidente a falta de interesse da esposa na fala de seu marido.

—[...] talvez os livros possam nos tirar um pouco dessas trevas. Ao menos poderiam nos impedir de cometer os mesmos malditos erros malucos! Não ouço esses idiotas do salão falando sobre isso. Meu Deus, Millie, você não entende? Uma hora por dia, duas horas, com esses livros, e talvez...  
O telefone tocou. Mildred agarrou o aparelho.  
— Ann! — Riu. — Sim, o palhaço branco é hoje à noite! (Bradbury, 1953, p. 98)

Já na obra de Vonnegut, o empecilho da mudança de Anita estava na abdicação de sua classe social, de como ficaria vista diante disso, não a impedindo de mudar de marido caso necessário para manter-se como a esposa de alguém importante.

Não ia contar a Anita, por algum tempo, que pretendia cair fora — só o faria quando ela estivesse preparada. Sutilmente a reeducaria dentro de um novo sistema de valores, e só então abandonaria tudo. De outra forma, o choque de se sentir esposa de um João-ninguém poderia ter consequências trágicas. Os únicos pontos de contato que ela possuía com o mundo eram representados pela posição hierárquica do marido. Perdendo ele aquela posição, era assustadoramente possível que ela perdesse de todo o contato com o mundo, ou, o que era pior para Paul, que o deixasse. (Vonnegut, 1952, p. 160).

Outra possível análise sobre a subjetividade das personagens está nos tratamentos a elas dispensados. Nas obras, as mulheres eram muitas vezes tratadas tal qual fossem objetos inanimados, privados de qualquer identidade. A partir dessa visão, Paul, ao pensar sobre o trabalho manual que ele poderia efetuar pela sua experiência, começa a citar objetos os quais ele já havia tocado e, entre eles, cita sua esposa.

Até aquela data, as mãos de Paul pouca coisa haviam aprendido a não ser pegar num lápis, numa caneta, escova de dentes ou de cabelos, barbeador, garfo, faca, colher, xícara, copo, torneira, maçaneta, interruptor, lenço, toalha, zíper, botão, fecho de pressão, sabonete, livro, pente, esposa ou direção do automóvel. (Vonnegut, 1952, p. 173).

Em outro caso, Montag retrata Mildred como um objeto, tal qual uma espécie de robô “Quem dera pudessem ter levado sua mente para uma lavagem a seco, esvaziando seus bolsos, e a tivessem vaporizado, limpadado e remontado e a devolvessem pela manhã. Quem dera ...”(Bradbury, 1953, p. 35). A personagem também é constantemente representada rodeada de itens tecnológicos que a deixam alheia à própria vida, está a todo momento com a mente fixa e os sentidos comprometidos pelo uso desses mecanismos, como se fossem uma extensão de seu corpo e da sua existência.

Por fim, a única personagem dentre as três representadas de maneira positiva por sua identidade subjetiva foi Clarisse, em “Fahrenheit 451” (1953) . Contudo, sua presença, como personagem é breve. Justamente pela sua autenticidade, ela foi reprimida e assassinada logo no início da história. A jovem é constantemente lembrada por Montag, mas não teve a oportunidade de existir.

Destarte, Clarisse, assim como Lilith<sup>13</sup>, foi punida por não suprir as demandas patriarcais e, por não se submeter à dominação e às relações de poder instauradas pelos homens. Ou seja, a mulher que foge da normatividade não pode existir, já a mulher que não cumprir bem o seu papel “de mulher” será menosprezada, enquanto que a mulher exaltada é a que se assemelha ao símbolo da Virgem Maria, não ao de Eva e, principalmente, não ao de Lilith.

Além disso, ao representar a única mulher de pensamentos independentes como a que será brutalmente repreendida, e as mulheres que não forem cegamente cúmplices de seus maridos serão as inferiorizadas, os autores condicionam, perpetuam, as dinâmicas das relações de gênero. Os autores ao não apresentar outra realidade às mulheres de seus enredos expressam, de certa maneira, que essas são as únicas possibilidades disponíveis para elas. Logo, as obras, mesmo que consideradas de caráter progressista, mantêm o viés do homem dominante sobre as

---

<sup>13</sup> É considerada a primeira esposa de Adão, criada da mesma forma e ao mesmo tempo que ele foi. Lilith se recusa a ser submissa a Adão, por isso ela é condenada e considerada a primeira figura demoníaca.

mulheres dominadas, enriquecendo e compactuando com o imaginário social de sua época por meio das representações limitantes que expõem.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análises das literaturas distópicas produzidas entre 1949 e 1953, empreendidas por este trabalho, remetem à percepção do imaginário social sobre as mulheres deste período como meio de compreender as relações de gênero e poder, representadas nos textos pela inferiorização das mulheres. Pode-se perceber nas fontes analisadas as representações das mulheres a partir de padrões que se relacionam com os conceitos de gênero da teoria de Joan Scott (1989). Mesmo que a articulação das obras com o seu contexto político objetive criticar os regimes totalitários, explicita o viés identitário dos autores e permite subentender noções e preconceitos em relação às mulheres que partem de estereótipos e de símbolos inerentes à sociedade patriarcal capitalista. Essas fontes são alguns dos clássicos do gênero da ficção científica distópica, e por isso, possuem relevância para o público leitor, até mesmo aqueles de menor contato com a literatura. Assim, a análise dos aspectos por trás das representações das mulheres e das relações de gênero é imprescindível para desmistificar os estereótipos reforçados nas obras.

Esses aspectos ainda são poucos discutidos nos meios acadêmicos em relação a estas obras, qualificando ainda mais a relevância de pesquisas de assuntos similares. Muito recentemente a discussão sobre as mulheres representadas nos clássicos escritos por homens tem se ampliado. É o caso do livro nomeado “Júlia” da autora Sandra Newman (1965), que fez a releitura da obra de “1984” (2024) por um viés feminista — livro autorizado pelo espólio de Orwell — publicado no Brasil no dia 3 de abril de 2024. Por caminhos como esse que se pode desnaturalizar as representações estereotipadas das mulheres e evidencia-se a relevância atual dessas novas discussões.

Nesse sentido, esta pesquisa, objetivou desenvolver análises sobre tais representações, associando-as ao contexto geral das mulheres do ocidente capitalista durante a Guerra Fria, como também aos símbolos e elementos que contribuíram para essa representação. Ao cumprir essa demanda, observa-se a construção identitária da população do lado capitalista do globo e como as relações de gênero e poder são estabelecidas em prol de um ideário.

Ademais, teoriza-se essas formulações pelos conceitos da História das Mulheres de Joan Scott (1989) a partir de sua concepção de gênero, principalmente no que diz respeito aos elementos determinados pela autora como constitutivos do gênero. Parte-se também das noções da História Cultural e da História e Literatura, possibilitando a compreensão das literaturas e das simbologias que as acompanham como possível categoria de análise histórica.

Dessa forma, as medidas políticas e sociais tomadas pelos Estados capitalistas e pelas instituições privadas em prol do sistema, limitaram as mulheres ao serviço doméstico (pelo menos aquelas que não tinham a necessidade monetária). Além disso, os incentivos à compra de bens materiais, tecnológicos e utensílios domésticos deram base para o estereótipo da esposa consumista. Já que elas não poderiam trabalhar teriam mais tempo livre para compras e afins, porém, não conseguiriam pagar pelos produtos, tornando-se economicamente dependente de seus maridos, e conseqüentemente cada vez mais dominadas por ele. Não bastando, as normas de conduta sociais destinadas as mulheres, estabelecidas pelo poder patriarcal, castravam-nas de suas possibilidades como indivíduo, sua subjetividade estava em questão, restando apenas cumprir os papéis impostos a elas. A imposição era justificada pela noção de que tais comportamentos faziam parte “da natureza da mulher”. Na prática, a incumbência foi naturalizada.

Por meio desses símbolos e conceitos naturalizados que os autores (ênfatiza-se o fato de todos serem homens) desenvolveram as personagens femininas de suas obras, por meio de representações ofensivas, cheias de adjetivos e caracterizações negativas. Conseqüentemente, o modo pelo qual as mulheres foram representadas exprimem as limitações de “ser mulher”. Ainda, o fato de essas representações constarem em obras clássicas e famosas até os dias atuais ajuda a perpetuar essa ideia em torno das mulheres, mesmo que isso seja feito implicitamente. Logo, as noções simbólicas e imaginativas do período de produção dos textos são inerentes às obras, que por sua vez são caracterizadas por seu “caráter atemporal”. Evidencia-se então a importância de submeter obras como essas a análises que possibilitem a discussão de seus temas, pois, se elas não forem entendidas por um olhar crítico, os mesmos signos continuarão a imperar sobre as mulheres.

Diante disso, não só as condições em torno do cenário da produção e publicação das obras, como também o sistema patriarcal configurado pela dominância dos homens sobre as mulheres, buscaram poder no imaginário para manter e reforçar suas estruturas. Para isso, impuseram restrições aos espaços, aos seus corpos e às suas identidades, pelo medo da emancipação das mulheres, experienciado pelo avanço delas nas esferas públicas. Dessa forma,

as representações das mulheres nas obras dos autores homens desse período mais revelam sobre os temores e preconceitos da ordem masculina do que, de fato, sobre as mulheres. Ou seja, o imaginário é uma das colunas que estruturam a dominação masculina, pois, a mesma se utiliza de diversos elementos (a política, as limitações ao público, a economia, a normatividade, as representações, etc.) para limitar as mulheres “podando sua liberdade” e as condicionando a serem submissas ao patriarcado e aos homens.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia de Bolso, 1951. 504 p. Disponível em: <https://alegre.ifes.edu.br/images/stories/Arquivos/Ifes-em-casa/historia/Renata-Alves/Origens-do-Totalitarismo-Hannah-Arendt.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009. 444 p. Disponível em: [file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/s%C3%A9culo%20XX/Barbrook\\_Richard\\_Futuros\\_imaginarios\\_das\\_maquinas\\_pensantes\\_a\\_aldeia\\_global.pdf](file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/s%C3%A9culo%20XX/Barbrook_Richard_Futuros_imaginarios_das_maquinas_pensantes_a_aldeia_global.pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

BARROS, José D'Assunção. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/Imagin%C3%A1rio%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o/Roger%20Chartier%20-%20Hist%C3%B3ria%20Cultural%20entre%20pr%C3%A1ticas%20e%20representa%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892. Disponível em: [file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/hist%20e%20lit/ARTIGO\\_BORGES.pdf](file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/hist%20e%20lit/ARTIGO_BORGES.pdf). Acesso em: 27 de março de 2024.

Bourdieu, Pierre. **A dominação Masculina**. tradução Maria Helena. Kühner. - 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: biblioteca azul, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M (Orgs). **A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algs: Difel, 1988. Tradução de: Maria Manuela Galhardo.

CHARTIER, Roger. **O Mundo com Representação**. Revista das Revistas, Estudos Avançados 11 (5), 1991. (NOV-DEZ. 1989, N° 6, pp. 1505-1520). Disponível em: [file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/Imagin%C3%A1rio%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o/CHARTIER\\_OMundoComoRepresentacao.pdf](file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/Imagin%C3%A1rio%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o/CHARTIER_OMundoComoRepresentacao.pdf). Acesso em: 01 de abril de 2024.

DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no ocidente**: vol 5: o século xx. Porto: Edições Afrontamentos, Lda, 1991. 700 p.

FARIAS, Joel Nunes de *et al.* **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre a literatura e a história**. Rio de Janeiro: X Congresso Internacional de Linguas e Literatura, VI Colóquio do Núcleo de Estudos Hispánicos do Cchl - Uespi, V Seminário de Prática Docente - Chão da Escola, 2021. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/linguas/2021/61bb91ec3127f\\_16122021162220.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/linguas/2021/61bb91ec3127f_16122021162220.pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971. 323 p. Tradução de ÁUREA B. WEISSENBERG. Disponível em: [file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Poss%C3%ADveis%20fontes/Mistica\\_feminina.pdf](file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Poss%C3%ADveis%20fontes/Mistica_feminina.pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

GIL, Bárbara de Oliveira. **DEGENERADA SUBVERSÃO: a arte moderna frente à ameaça nazista**. 2019. 117 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século xx (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 478 p. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paol. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4874012/mod\\_resource/content/1/Aulas%204%20e%208%20Era%20dos%20Extremos%20Hobsbawm.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4874012/mod_resource/content/1/Aulas%204%20e%208%20Era%20dos%20Extremos%20Hobsbawm.pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

JESUS, Cassiano Celestino de; ALMEIDA, Isis Furtado. **O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial**. Boletim Historiar, n. 14, mar./abr. 2016, p. 09-27. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 24 fev. 2024.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático** / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88p. Disponível em: [http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010\\_011120181549.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010_011120181549.pdf). Acesso em: 26.02.24.

ORWELL, George. **1984**. Londres: Principis, 1949. 336 p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998. 520 p. Tradução Viviane Ribeiro.

ROBERTS, Adam. **A Verdadeira História da Ficção Científica: do preconceito à conquista das massas**. São Paulo: Pensamento-Cultrix Ltda, 2018. 770 p. Disponível em: <https://doceru.com/doc/51001ss>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SANTOS, Jasmine Ap. Horst dos; SOUZA, Maicon Ferreira de. **A relação propaganda e identidade feminina na década de 1950**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR – 26 a 28/05/2016. Disponível em: <file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Poss%C3%ADveis%20fontes/a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20propaganda%20e%20identidade%20feminina%20na%20decada%20de%201950.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2024.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Revisão do português: Marcela Heráclito Bezerra. Disponível em: [file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/mulher/bruno\\_uchoa,+Joan+Scott.+G%C3%AAnero+uma+categoria+%C3%BAtil+para+an%C3%AAlise+hist%C3%B3rica.pdf](file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/mulher/bruno_uchoa,+Joan+Scott.+G%C3%AAnero+uma+categoria+%C3%BAtil+para+an%C3%AAlise+hist%C3%B3rica.pdf). Acesso em: 26 de março de 2024.

SCOTT, Joan W. **História das mulheres**. In: BURK, Peter. **A escrita da História : novas perspectivas**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. Cap. 3. p. 7-358. Disponível em: <file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/mulher/Hist%C3%B3ria%20das%20Mulheres%20Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2024.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. Revista Ártemis, vol. 8, jun 2008, pp. 110-117. Salvador. Disponível em: <file:///C:/Users/dacos/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/TCC/mulher/2310-3525-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2024.

VIDAL, Camila. **Liberalismo e conservadorismo nos Estados Unidos: construção e evolução no século XX**. Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. Vol. 1, Nº 3, p. 33–55, Set– Dez de 2019.

VONNEGURT JR, Kurt. **Revolução no Futuro**. Albany: Círculo do Livro, 1952.1